



Câmara Municipal de Itabirito

REQUERIMENTO N° ___, 04 DE MAIO DE 2026

Solicita informações detalhadas acerca da contratação e execução dos serviços de digitalização de documentos no âmbito da Administração Pública Municipal.

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer que seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria competente, o seguinte pedido de informações:

1. Qual a empresa atualmente responsável pela prestação dos serviços de digitalização de documentos da Prefeitura Municipal, informando razão social, CNPJ e processo administrativo de contratação;
2. Qual a modalidade de contratação utilizada (licitação, dispensa ou inexigibilidade), com o envio de cópia integral do respectivo processo administrativo;
3. Qual o objeto contratual detalhado, incluindo escopo dos serviços, tipos documentais abrangidos e órgãos/secretarias atendidos;
4. Qual o valor total do contrato, vigência, eventuais aditivos e fonte de recursos;
5. Quais os critérios técnicos e padrões adotados para a digitalização, indexação, armazenamento e gestão dos documentos digitalizados;
6. Se há política de governança de dados aplicada ao serviço, especialmente no que se refere à segurança da informação, controle de acesso, rastreabilidade e conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;
7. Se há auditoria, fiscalização contratual e indicadores de desempenho (KPIs) estabelecidos para monitoramento da execução do serviço;
8. Qual o sistema utilizado para armazenamento e consulta dos documentos digitalizados, bem como se há integração com outros sistemas administrativos do Município;
9. Se há plano de continuidade do serviço e políticas de backup e recuperação de dados.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade subsidiar a atividade fiscalizatória do Poder Legislativo, especialmente no que tange à correta aplicação dos recursos públicos, à eficiência administrativa e à segurança da informação no âmbito da gestão documental do Município.

A digitalização de documentos públicos envolve não apenas aspectos operacionais, mas também relevantes implicações jurídicas, arquivísticas e de proteção de dados pessoais, exigindo o cumprimento de normas técnicas, legais e boas práticas de governança.

Nesse contexto, torna-se imprescindível compreender os critérios adotados pela Administração Pública quanto à contratação, execução e fiscalização dos serviços, garantindo a integridade, autenticidade, confidencialidade e disponibilidade das informações públicas, bem como a conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, as informações ora solicitadas permitirão avaliar a adequação dos procedimentos adotados, identificar eventuais fragilidades e contribuir para o aprimoramento da gestão pública municipal.

Sala de Reuniões, 04 de Maio de 2026